

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: Reflexões sobre o período de 1979 a 2016

**Telma Romilda Duarte Vaz,
UFMS/CPNV,
trdvaz@gmail.com**

**Elisângela Campos dos Santos,
UFMS/CPNV,
elisangelacds1997@gmail.com**

**Thiago Camilo,
UFMS/CPNV,
thiagocamilodini@gmail.com**

**Dirceu Fernandes de Oliveira,
UFMS/CPNV,
dirceufernandes2011@hotmail.com**

**Evandro Oliveira Pereira,
UFMS/CPNV,
pereiraoliveiraevandro@gmail.com**

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi elaborar a análise dos investimentos em indicadores de educação no Brasil a partir de um recorte que compreende o governo do presidente João Batista Figueiredo até o governo da Presidenta Dilma Rousseff. Trata-se de um estudo em estágio inicial realizado a partir de dados secundários do INEP, IBGE e outros estudos. Para efeito de análise foram consideradas cinco indicadores adaptados do Góis (2018), IBGE (2020) e INEP (2020), são eles: Taxa de analfabetismo adulto; Crianças fora da escola (4 a 17 anos); Proporção de crianças de 0 a 17 anos na população total; Produto Interno Bruto (PIB) e População do Brasil. A análise dos dados permite constatar uma melhora significativa nos indicadores, sobretudo nos governos do presidente “Lula” e “Dilma Rousseff”.

Palavras-chave: Educação; Governo; Investimentos; Educação.

O presente trabalho tem como objetivo analisar os investimentos em educação realizados no Brasil a partir do último governo do período da ditadura militar e o governo da presidenta Dilma Rousseff. Trata-se de um estudo em estágio inicial e que pretende avançar e aprofundar-se sobre outros aspectos além da questão do investimento em educação.

A educação no Brasil não é encarada como uma política de Estado, ao contrário, vem configurando-se historicamente como uma política de governo e depende da vontade dos governantes para se consolidar. Como uma política pública de governo, a educação sofre as influências da situação política e econômica pelas quais o país passa além de ficar sujeita a credibilidade ética e política dos governantes. Assim, cada período da história do Brasil pode ser considerado também como um período da história da política educacional.

A descontinuidade das políticas educacionais no Brasil, aliada as desigualdades sociais que separam camadas da sociedade, o baixo investimento na educação e a desvalorização constante dos professores e demais quadros que compõem a força de trabalho das instituições públicas de ensino é fator preponderante para o alto índice de analfabetismo que assola o País.

O que se pretende com esse trabalho é oferecer ao leitor não um produto pronto e acabado sobre as políticas educacionais no Brasil, mas sim, despertar uma reflexão e incentivar novas pesquisas sobre um tema de importância vital para o desenvolvimento de qualquer sociedade, a educação. Compreendemos a educação como fator primordial para o desenvolvimento de um país, bem como para a constituição da cidadania. Nesse sentido, defendemos a qualidade e quantidade de investimento como uma condição para a adoção de políticas de estado voltadas para a educação, a fim de garantir direitos e promover o bem-estar-social e o desenvolvimento seguro do país.

O estudo tem natureza quantitativa, sendo a parte inicial de uma pesquisa mais ampla que quer se debruçar sobre questões relacionados a políticas educacionais no Brasil. Os dados analisados até o momento são secundários e coletados a partir de pesquisas realizadas e divulgadas pelo INEP, IBGE e GÓIS (2018). Para efeito de análise foram consideradas cinco indicadores adaptados do Góis (2018), IBGE (2020) e INEP (2020), são eles: Taxa de analfabetismo adulto; Crianças fora da escola (4 a 17 anos); Proporção de crianças de 0 a 17 anos na população total; Produto Interno Bruto (PIB) e População do Brasil. Na tabela 1 são apresentados os dados de investimento nos indicadores da pesquisa.

Como se constata do quadro 1, em seus 40 anos de governos, ressaltando que os

mandatos de João Batista Figueiredo (indicado pelo Ernesto Geisel – Ditadura) e o mandato de José Sarney, realizado de forma indireta pelo Congresso Nacional, os demais mandatos foram já no processo democrático.

Os dados evidenciam uma melhora em todos os indicadores observados. Entretanto, é possível constatar avanços mais significativos em alguns governos. Observa-se por exemplo, que a taxa de analfabetismo diminuiu de forma crescente, mas discreta até o governo Fernando Henrique Cardoso, experimentando um aumento significativo nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso, “Lula” e da presidenta Dilma Rousseff. Tal análise se confirma a partir do aumento expressivo da população de 158 milhões para 206 milhões de pessoas.

Tabela 1 – Indicadores de investimento em educação no Brasil (1979 – 2016)

Presidente	João B. O. Figueiredo 1979-1985	José Sarney 1985-1990	Fernando Collor de Mello 1990-1992	Itamar Franco 1992 - 1995	Fernando Henrique Cardoso 1995-1998 1999-2002	Luiz I. Lula da Silva 2003-2006 2007-2010	Dilma Rousseff 2011-2014 2015-2016
Indicadores							
Taxa de analfabetismo adulto	21%	18%	17%	15%	14% 12%*	10% 9%*	8% 7%*
Crianças fora da escola (4 a 17 anos)	35%	28%	24%	22%	17% 12%*	10% 8%*	7% 6%*
Proporção de crianças de 0 a 17 anos na população total	43%	41%	40%	39%	37% 34%*	32% 30%*	27% 26,6%*
PIB** investido em educação pública	2,88%	3,77%	3,83%	3,90%	4,24% 4,07%*	4,9% 5,6%*	6% não disponível
População do Brasil	132.708.228	147.305.524	145.447.491	151.922.545	158.232.252 175.076.603*	187.851.823 190.755.799*	202.190.852 206.098.950*

Fonte: elaborado pelas autoras. Adaptado de Fulano (xxx)

* Dados referentes ao segundo mandato

** Produto Interno Bruto

Da mesma forma, constou-se um decréscimo importante na redução de crianças entre 04 e 07 anos fora da escola, principalmente a partir do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, intensificando ainda mais nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Esses dados são relevantes e analisados em conjunto com o indicador “**Proporção de crianças de 0 a 17 anos na população total**” demonstra uma redução importante, uma vez que caiu de 43% no governo do presidente Figueiredo para 26,6% no governo da presidenta Dilma Rousseff.

Destaca-se ainda a evolução do PIB, saltando de 2,88% no governo do presidente Figueiredo, para 6% no Governo da presidenta Dilma Rousseff. Nesse caso, destaca-se a que

o PIB mais do que dobrou em relação aos investimentos do governo do presidente Figueiredo e aproximadamente 40% em relação ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Observa-se que o investimento em política educacional, considerando o percentual do produto interno bruto investido em educação, é irrisório face a demanda em políticas educacionais no Brasil. É relevante pontuar que, embora o governo “Lula” e “Dilma” tenham apresentado avanços importantes na política educacional brasileira (2003-2016) em face aos governos anteriores no período de (1979-2002); João Figueiredo (1979-1985); Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), os desajustes são muitos e o avanço conquistado ainda não é o bastante. Contudo, se esses avanços não foram suficientes para erradicar o analfabetismo no Brasil, propiciou o ingresso de pessoas historicamente excluídas dos bancos escolares, especialmente no ensino superior, com a criação de Políticas Públicas educacionais importantes de acesso e permanência na rede federal de ensino, privilegiando aos mais carentes e criando mecanismos valorosos de acesso à universidade pública para pessoas que historicamente estavam excluídas deste espaço.

Neste sentido, é importante destacar que os desenhos das políticas no Brasil assumem características claramente de governo e que as políticas de Estado ainda são tímidas e pensadas sobre a égide do capital e restritas a vontade dos governantes que ocupam o poder. Espera-se que o avanço desta pesquisa venha a oferecer novos elementos e que possamos vir a subsidiar nossa reflexão com maior profundidade em trabalho futuro. No momento é relevante destacar a relevância das políticas públicas em educação como forma de entender o cenário para defender a educação pública, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

Fundação Leman. **Como está nossa Educação Básica?** Dados e informações para entender os desafios educacionais no Brasil. Publicado em 28/08/2017. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/como-esta-nossa-educacao-basica?gclid=Cj0KCQjw6eTtBRDdARIsANZWjYZ7ZxIT5OcCvmP_gcbBR9vOPDCRjpQK-TjH68Fy4z4yFvF3jtMS0w0aAISXEALw_wcB> acesso em: 28/10/2019

GOIS, Antônio. **Quatro décadas de gestão educacional no Brasil:** políticas públicas do MEC em depoimentos de ex-ministros. São Paulo: Fundação Santillana, 2018.

GRANJEIRO, José Wilson. **Máquina pública:** um corpo fundamental. Publicado em: 03/08/2011. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/maquina-publica-um-corpo-fundamental/>>. Acesso em: 12/11/2019.

INEP. Estatísticas da educação básica no Brasil. **Mapa do Analfabetismo no Brasil.** Ministério da Educação, 2020.

MAZIEIRO, Guilherme Do UOL, em Brasília. Em 4 anos, Brasil reduz investimento em educação em 56%; cortes continuam. Publicado em :02/05/2019. PORTAL EDUCAÇÃO UOL. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/05/02/em-4-anos-brasil-reduz-investimento-em-educacao-em-56.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 12/11/2019.

NOTÍCIAS. **STF confirma idade de corte para ingresso na educação infantil e fundamental.** Publicado: 08/08/2018. Disponível em :<<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/stf-confirma-idade-de-corte-para-ingresso-na-educacao-infantil-e-fundamental>>. Acesso em: 28/10/2019.

PRATA, Pedro. O ESTADO DE S. PAULO. Publicado em: 06/06/2019. Disponível em :<<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,propostas-para-a-educacao-o-que-ja-foi-feito-pelo-governo-bolsonaro,70002857514>>. Acesso em: 12/11/2019.

ROCHA, Gessyca; IHARA Rafael Do G1. Publicado em : 31/08/2018 Disponível em : <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/08/31/desigualdade-na-educacao-cria-abismo-dentro-e-fora-dos-estados-veja-ranking-por-redes-localizacao-e-perfil-de-alunos.ghtml>>. Acesso em: 28/10/2019.